

**INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS
CAMPUS RIBEIRÃO DAS NEVES
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

Paulo Roberto Ferreira Alvim

**RESPONSABILIDADE AMBIENTAL: A GESTÃO AMBIENTAL
FAZENDO PARTE DA ADMINISTRAÇÃO DAS EMPRESAS**

Ribeirão das Neves
2025

Paulo Roberto Ferreira Alvim

**RESPONSABILIDADE AMBIENTAL: A GESTÃO AMBIENTAL
FAZENDO PARTE DA ADMINISTRAÇÃO DAS EMPRESAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso Bacharelado em
Administração do Instituto Federal de
Minas Gerais-*Campus* Ribeirão das Neves
para obtenção do grau de bacharel em
Administração.

Orientação: Isis Boostel

FICHA CATALOGRÁFICA

A475g Alvim, Paulo Roberto Ferreira.
A gestão ambiental fazendo parte da administração das empresas
[manuscrito] / Paulo Roberto Ferreira Alvim. – 2025.
22 f. : il.

Orientadora: Isis Boostel.
Trabalho de Conclusão de Curso (bacharelado em Administração)
– Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ribeirão das Neves,
2025.

1. Responsabilidade social da empresa. 2. Gestão ambiental. 3.
Desenvolvimento sustentável. I. Boostel, Isis. II. Instituto Federal de
Minas Gerais. *Campus* Ribeirão das Neves. III. Título.

CDU 005.35

Catálogo: Aline M. Sima - CRB-6/2645



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS

Campus Ribeirão das Neves

Diretoria de Ensino

Docência Campus Ribeirão das Neves

R. Vera Lúcia de Oliveira Andrade, 800 - Bairro Vila Esplanada - CEP 33805488 - Ribeirão das Neves - MG
31362723003 - www.ifmg.edu.br

ATA DE DEFESA DO TCC

CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

Ao décimo sexto dia do mês de dezembro do ano de 2025, às 19h00 iniciou-se a apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso intitulado “**RESPONSABILIDADE AMBIENTAL: A GESTÃO AMBIENTAL FAZENDO PARTE DA ADMINISTRAÇÃO DAS EMPRESAS**”, desenvolvido pela discente do Curso de Bacharelado em Administração, **Paulo Roberto Ferreira Alvim**, tendo como orientadora a Professora Mestre Isis Boostel. O início dos trabalhos se deu com a apresentação da Banca Examinadora, composta pelos seguintes membros: Dr.^a Fabíola Silva Bezerra; Dr. Sérgio Rafacho. O discente iniciou sua apresentação expondo seu trabalho durante 20 minutos, a que se seguiu a arguição da banca. Os membros da banca apresentaram seus questionamentos e sugestões, que foram respondidos pelo discente. Esta, por sua vez, deve considerar os apontamentos feitos pelos avaliadores, efetuando as modificações sugeridas. A seguir, a Banca Examinadora reuniu-se, sem a presença da discente e do público, para fazer a avaliação final do trabalho apresentado. Em conclusão, a Banca Examinadora deliberou que o Trabalho de Conclusão de Curso foi:

Aprovado


Aprovado com ressalvas*

Reprovado


*O não cumprimento das exigências pela discente no prazo estabelecido implicará na sua reprovação.

A nota atribuída ao TCC foi de 75,0 (setenta e cinco) pontos. Eu, Isis Boostel, Presidente da Banca Examinadora, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelos demais membros da Banca.


Prof.^a Isis Boostel — IFMG Campus Ribeirão das Neves — Orientadora.

Documento assinado digitalmente
 **ISIS BOOSTEL**
Data: 18/12/2025 15:41:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Fabíola Silva Bezerra — IFMG Campus Ribeirão das Neves.

Documento assinado digitalmente
 **FABIOLA SILVA BEZERRA**
Data: 18/12/2025 15:29:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Sérgio Rafacho — IFMG Campus Ribeirão das Neves.

Documento assinado digitalmente
 **SERGIO RAFACHO**
Data: 18/12/2025 16:12:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

SUMÁRIO

1 Introdução.....	6
2 Fundamentação Teórica.....	8
2.1 Responsabilidade Ambiental nas Empresas	8
2.2 Gestão Ambiental e Estratégia Empresarial	10
2.2.1 Triple Bottom Line (TBL)	10
2.2.2 Criação de Valor Compartilhado (CSV)	11
2.2.3 ESG e Governança Corporativa	11
2.2.4 Integração entre Gestão Ambiental e Estratégia Empresarial	12
2.2.5 Implicações para o Administrador	13
2.3 Práticas de Gestão Ambiental e seus Benefícios	13
3 Metodologia.....	16
4 Resultados e Discursão.....	17
5 Considerações Finais.....	20

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL: A GESTÃO AMBIENTAL FAZENDO PARTE DA ADMINISTRAÇÃO DAS EMPRESAS

Paulo Roberto Ferreira Alvim

Orientador(a): Isis Boostel

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso analisa a importância da gestão ambiental como instrumento estratégico da administração contemporânea e sua contribuição para o desempenho organizacional e a responsabilidade socioambiental das empresas. O estudo parte do reconhecimento de que, nas últimas décadas, as organizações passaram a enfrentar crescente pressão social, econômica e regulatória para adotar práticas sustentáveis, tornando a responsabilidade ambiental um requisito essencial de competitividade e reputação institucional. O objetivo geral foi compreender como a gestão ambiental pode ser incorporada à administração empresarial, destacando suas implicações éticas, econômicas e sociais. A pesquisa caracteriza-se como descritiva, de abordagem qualitativa e fundamentação bibliográfica, com base em artigos científicos, livros, relatórios institucionais e publicações acadêmicas recentes sobre sustentabilidade corporativa, ESG, economia circular e governança ambiental. Os resultados indicam que práticas sustentáveis, como a produção mais limpa, programas de compliance ambiental e certificações ISO 14001, contribuem para a redução de impactos ecológicos, o aumento da eficiência operacional e o fortalecimento da imagem corporativa. Conclui-se que a integração da gestão ambiental à administração empresarial constitui um fator determinante para a perenidade e a legitimidade organizacional. Ao alinhar objetivos econômicos, sociais e ambientais, as empresas não apenas garantem sua conformidade legal, mas também agregam valor à sociedade e ao mercado. Dessa forma, a sustentabilidade deixa de ser uma obrigação e consolida-se como um diferencial estratégico e ético indispensável ao desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Gestão Ambiental. Sustentabilidade. Responsabilidade Socioambiental. Estratégia Empresarial. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

This Final Graduation Project analyzes the importance of environmental management as a strategic instrument of contemporary administration and its contribution to organizational performance and corporate socio-environmental responsibility. The study recognizes that, in recent decades, organizations have faced increasing social, economic, and regulatory pressure to adopt sustainable practices, making environmental responsibility an essential requirement for competitiveness and institutional reputation. The main objective was to understand how environmental management can be incorporated into business administration, highlighting its ethical, economic, and social implications. The research is characterized as descriptive, with a qualitative approach and bibliographic foundation, based on scientific articles, books, institutional reports, and recent academic publications on corporate sustainability, ESG, circular economy, and environmental governance. The results indicate that sustainable practices such as cleaner production, environmental compliance programs, and ISO 14001 certifications contribute to reducing ecological impacts, increasing operational efficiency, and

strengthening corporate image. It is concluded that integrating environmental management into business administration is a determining factor for organizational longevity and legitimacy. By aligning economic, social, and environmental objectives, companies not only ensure legal compliance but also add value to society and the market. Thus, sustainability is no longer an obligation but a strategic and ethical differential essential to sustainable development.

Keywords: Environmental Management. Sustainability. Socio-environmental Responsibility. Business Strategy. Sustainable Development.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, especialmente em Minas Gerais, o Brasil tem enfrentado sérios impactos ambientais provocados por atividades de extração de minérios. As empresas mineradoras, ao buscarem lucros com a retirada de recursos naturais, deixam um rastro de destruição ambiental e social, afetando profundamente comunidades locais, a fauna, a flora e o equilíbrio ecológico. Tragédias recentes demonstram que os danos são, muitas vezes, irreversíveis ou exigem décadas para uma recuperação parcial.

Nesse contexto, destaca-se o papel fundamental do administrador, que possui influência direta nas decisões estratégicas das empresas. Cabe a ele definir investimentos, supervisionar a operação e estabelecer políticas que podem reduzir ou ampliar os impactos ambientais. A partir dos anos 1980 e 1990, com o aumento da conscientização social e científica sobre os riscos ambientais, cresceu a cobrança por posturas empresariais mais responsáveis.

A ideia de desenvolvimento sustentável ganhou força após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo, em 1972. Desde então, empresas vem sendo pressionadas a adotar práticas sustentáveis, tanto pela sociedade quanto pelo mercado. Iniciativas como a da revista *Corporate Knights*, que desde 2005 publica rankings das empresas mais sustentáveis do mundo, reforçam a importância da responsabilidade ambiental como diferencial competitivo.

No Brasil, avanços também podem ser vistos, segundo o IBGE(2024), em 2013 no país já contava com 1.783 unidades de conservação, cobrindo cerca de 17,3% do território nacional, um salto em relação aos 5,4% registrados em 1992. No entanto, ainda há muitos desafios, especialmente relacionados ao cumprimento da legislação ambiental e à fiscalização das atividades empresariais.

Diante desse cenário, é essencial que as empresas reconheçam a importância da gestão ambiental e contem com profissionais qualificados para liderar esse processo. A responsabilidade dos administradores inclui a adoção de práticas como programas de

compliance ambiental, comitês de sustentabilidade, gestão de riscos climáticos e implementação de metas socioambientais. A governança orientada por boas práticas ESG não apenas protegem as empresas legalmente, mas também fortalece sua imagem, atrai investimentos e gera valor a longo prazo.

Diante do exposto, a questão norteadora deste estudo busca responder: **de que maneira a gestão ambiental pode contribuir para o desempenho organizacional e para o fortalecimento da responsabilidade social das empresas.**

Como objetivo principal o estudo visa analisar como a gestão ambiental pode ser incorporada à administração das empresas, como instrumento de responsabilidade socioambiental. Como objetivos específicos, o estudo busca: identificar os principais conceitos e práticas de gestão ambiental empresarial; discutir os benefícios econômicos e sociais decorrentes da sustentabilidade corporativa; analisar exemplos de empresas que adotam políticas ambientais bem-sucedidas e seus impactos no desempenho organizacional.

A relevância deste estudo está em compreender como a gestão ambiental se consolida como ferramenta estratégica para o desenvolvimento sustentável e para o fortalecimento da responsabilidade social nas empresas. Em um cenário de crescente exigência ética, legal e mercadológica, a incorporação de práticas sustentáveis à administração contribui não apenas para a preservação ambiental, mas também para a competitividade e a reputação institucional. Assim, investigar essa relação é essencial para promover uma cultura organizacional mais consciente e alinhada aos desafios contemporâneos da sustentabilidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Responsabilidade Ambiental nas Empresas

A responsabilidade ambiental corporativa refere-se à capacidade das organizações de reconhecerem e internalizarem os impactos de suas operações sobre o meio ambiente, indo além do mero cumprimento de obrigações legais para incorporar valores éticos, sociais e estratégicos. Conforme evidenciam estudos recentes, a adoção de práticas ambientais por empresas deixa de ser uma atividade periférica e torna-se parte integrante da formulação da estratégia empresarial (Mishra; Singh, 2024; Li Et Al., 2023).

Nas últimas décadas, a crescente pressão social, regulatória e de mercado exigiu das empresas a incorporação de práticas de responsabilidade ambiental como condição para

legitimidade e continuidade dos negócios. Por exemplo, a pesquisa de Mishra e Singh (2024) revela que a implementação de responsabilidade ambiental corporativa (CER, *Corporate Environmental Responsibility*) está positivamente associada ao desempenho financeiro das empresas indianas, indicando que esse tipo de gestão ambiental pode gerar valor econômico e não apenas custos.

Já Li et al. (2023) encontraram que a relação entre CER e inovação tecnológica verde é não linear, o que sugere que investir em responsabilidade ambiental exige equilíbrio estratégico para maximizar os benefícios.

Três dimensões principais podem ser destacadas:

(1) a dimensão legal-regulatória, na qual a empresa responde pelas obrigações ambientais impostas pelo Estado;

(2) a dimensão ética/voluntária, que envolve o compromisso da empresa com valores sociais, stakeholders e gerações futuras; e

(3) a dimensão estratégica/competitiva, na qual a gestão ambiental bem conduzida pode se tornar uma vantagem competitiva. Li et al. (2023) demonstram que práticas ambientais bem implementadas favorecem a inovação verde, fortalecendo a posição competitiva das empresas.

Para operacionalizar a responsabilidade ambiental, as empresas podem adotar sistemas de gestão integrados (como o ciclo PDCA), certificações ambientais, relatórios de sustentabilidade e indicadores específicos de desempenho. Mishra e Singh (2024) destacam que a reciclagem de resíduos e a redução de desperdício foram as dimensões de CER mais relacionadas à melhoria do desempenho financeiro. Além disso, Zhang et al. (2024) observaram que a responsabilidade ambiental influencia a escolha das fontes de financiamento das empresas, evidenciando que a gestão ambiental passou a impactar decisões financeiras corporativas.

A adoção de práticas de responsabilidade ambiental pode trazer benefícios como: redução de custos operacionais via eficiência de recursos, melhoria da reputação junto a stakeholders, atração de capital e acesso a novos mercados. Mishra e Singh (2024, p. 12) afirmam que “a internalização de custos ambientais favorece a eficiência e reforça a reputação corporativa como ativo estratégico”. Entretanto, desafios permanecem: empresas com restrições financeiras podem encontrar obstáculos para investir adequadamente em gestão ambiental; há ainda lacunas na articulação entre estratégia e prática, além de resistências internas à mudança (Li et al., 2023).

No contexto de empresas de mineração e extração, como no estado de Minas Gerais, o papel do administrador torna-se central. Ele deve articular decisões de investimento, supervisão operacional, estabelecimento de políticas ambientais e governança de sustentabilidade. O administrador não apenas reage a exigências externas, mas orienta a empresa para que a responsabilidade ambiental se torne parte intrínseca da estratégia organizacional, contribuindo tanto para a legitimação social quanto para o desempenho empresarial de longo prazo.

A responsabilidade ambiental nas empresas é um imperativo que engloba aspectos regulatórios, éticos e estratégicos. Sua implementação requer a adoção de instrumentos de gestão, o alinhamento da cultura organizacional e a integração com a estratégia de negócios. Quando bem conduzida, gera efeitos positivos no desempenho organizacional; porém, exige liderança, recursos, capacitação e visão estratégica.

2.2 Gestão Ambiental e a Estratégia Empresarial

Elkington (1999) introduziu o conceito de *Triple Bottom Line* (TBL), propondo que as empresas deveriam avaliar seu desempenho com base em três dimensões interdependentes: econômica (*profit*), social (*people*) e ambiental (*planet*). A proposta consistia em substituir a lógica tradicional de maximização do lucro por um modelo de valor ampliado, no qual as organizações internalizam os custos sociais e ambientais de suas atividades. Assim, o sucesso empresarial passaria a ser medido pelo equilíbrio entre prosperidade financeira, justiça social e preservação ecológica.

Com o passar do tempo, o TBL evoluiu de um conceito ético para uma ferramenta de gestão estratégica. A sustentabilidade corporativa tornou-se um indicador de desempenho integrado, essencial à competitividade e legitimidade das empresas. O próprio Elkington (2018), em reflexão posterior, reconheceu que o conceito havia sido apropriado de forma reducionista por algumas organizações, servindo como mera “contabilidade dos três resultados”, sem transformação estrutural. Ainda assim, a TBL segue como referência teórica para a governança sustentável e para o alinhamento entre desempenho econômico e responsabilidade social.

2.1.1 Responsabilidade Ambiental nas Empresas

A responsabilidade ambiental nas empresas envolve a adoção de práticas que minimizem os impactos ambientais e promovam o uso sustentável dos recursos naturais. A gestão ambiental, nesse contexto, deixa de ser apenas uma exigência legal e passa a

integrar a administração estratégica das organizações.

Autores como Barbieri (2011) destacam que a gestão ambiental deve fazer parte das decisões gerenciais, envolvendo planejamento, controle e melhoria contínua dos processos. Já Elkington (1999) propõe o conceito de *triple bottom line*, que defende o equilíbrio entre resultados econômicos, sociais e ambientais.

Além disso, Porter e Kramer (2006) mostram que empresas sustentáveis criam valor compartilhado ao alinhar seus objetivos ao bem-estar social e ambiental. A adoção de normas como a ISO 14001 e o fortalecimento da cultura organizacional voltada à sustentabilidade são exemplos de como a gestão ambiental pode ser incorporada à administração. Assim, integrar a responsabilidade ambiental à gestão empresarial é uma estratégia essencial para garantir competitividade, reputação e contribuição para o desenvolvimento sustentável.

2.1.2 Criação de Valor Compartilhado (CSV)

Porter e Kramer (2006; 2011) introduziram o conceito de *Creating Shared Value* (CSV), defendendo que as empresas podem gerar valor econômico ao mesmo tempo em que produzem benefícios sociais e ambientais. Diferentemente da responsabilidade social corporativa tradicional, muitas vezes restrita à filantropia, o CSV propõe integrar as questões socioambientais ao núcleo da estratégia empresarial, transformando desafios sociais em oportunidades de inovação e crescimento competitivo.

Os autores identificam três níveis de aplicação do CSV: a redefinição de produtos e mercados, a reestruturação da cadeia de valor e o fortalecimento de clusters locais. Essa abordagem ressignifica a sustentabilidade como vantagem competitiva, alinhando o propósito social à eficiência produtiva. Na prática, empresas que aplicam o CSV tendem a construir modelos de negócio mais resilientes e legitimados socialmente, capazes de conciliar rentabilidade e impacto positivo.

Em síntese, o TBL amplia o conceito de desempenho empresarial ao incorporar dimensões sociais e ambientais ao resultado econômico, enquanto o CSV aprofunda essa relação, demonstrando que a criação de valor pode ser simultaneamente lucrativa e socialmente transformadora.

2.1.3 ESG e Governança Corporativa

Nas últimas décadas, o avanço das práticas corporativas sustentáveis consolidou o conceito de ESG (*Environmental, Social and Governance*), que reúne critérios ambientais,

sociais e de governança como parâmetros de avaliação de desempenho e risco. A abordagem ESG reflete uma mudança de paradigma: as empresas passaram a ser analisadas não apenas por seus resultados financeiros, mas também por sua conduta ética, impacto ambiental e capacidade de gestão responsável.

Pesquisas recentes reforçam a importância da governança para a efetividade das práticas ESG. Handoy et al. (2024) apontam que organizações com conselhos atuantes, diversidade de composição e políticas de transparência robustas apresentam melhor desempenho ambiental e financeiro. De modo semelhante, Shibao (2024) conclui que conselhos corporativos com comitês de sustentabilidade e diversidade de gênero e formação tendem a obter resultados mais consistentes em indicadores ESG, o que fortalece a reputação e atrai investimentos de longo prazo.

Dessa forma, enquanto TBL e CSV oferecem perspectivas estratégicas e conceituais, o ESG representa a operacionalização da sustentabilidade dentro das estruturas de governança, com foco em mensuração, transparência e credibilidade institucional.

2.1.4 Integração entre Gestão Ambiental e Estratégia Empresarial

A integração entre gestão ambiental e estratégia empresarial exige que o administrador compreenda três dimensões interligadas: a lógica de negócio (geração de valor econômico), a lógica da sustentabilidade (redução de impactos e criação de valor socioambiental) e a lógica da governança (transparência e prestação de contas). Nesse contexto, a TBL fornece o objetivo de equilibrar lucro, pessoas e planeta; o CSV propõe o mecanismo que busca transformar problemas sociais em oportunidades; e o ESG estabelece o sistema de mensuração e governança que garante credibilidade.

Estudos recentes reforçam essa integração. Handoy et al. (2024) demonstram que o desempenho ESG influencia positivamente o desempenho financeiro quando sustentado por governança sólida. Assim, o gestor contemporâneo deve atuar estrategicamente para que as políticas ambientais sejam internalizadas como parte essencial da cultura corporativa, e não como ação isolada ou meramente regulatória.

De acordo com Porter e Kramer (2011), a criação de valor sustentável ocorre quando o administrador redesenha produtos, processos e parcerias de modo a simultaneamente gerar lucro e atender demandas sociais. A TBL, por sua vez, estimula uma visão de longo prazo, integrando métricas econômicas, sociais e ambientais. A convergência entre esses referenciais cria o conceito de “lucro com propósito”, em que o crescimento empresarial está condicionado à geração de benefícios coletivos.

A transição para o modelo ESG reforça a importância da mensuração e da transparência. Segundo Shibao (2024), empresas com sistemas de governança consolidados e práticas de reporte contínuo obtêm melhor desempenho em sustentabilidade e acesso facilitado a capital. Isso evidencia que, na atualidade, a sustentabilidade corporativa deixou de ser um diferencial e passou a ser um critério essencial para a sobrevivência no mercado global.

2.1.5 Implicações para o Administrador

Para o administrador, a integração desses referenciais implica em:

- Incorporar a visão TBL ao planejamento estratégico, equilibrando metas econômicas, sociais e ambientais;
- Adotar a mentalidade CSV, transformando desafios socioambientais em oportunidades de inovação e crescimento;
- Estruturar a governança ESG, com comitês, indicadores, relatórios e sistemas de mensuração;
- Investir em tecnologias limpas, gestão de resíduos e processos sustentáveis, consolidando a sustentabilidade como parte do núcleo da estratégia empresarial.

A função gerencial, portanto, ultrapassa o papel tradicional de controle e passa a ser de liderança ética e estratégica, orientada por propósito e responsabilidade compartilhada.

A gestão ambiental empresarial contemporânea não pode mais ser vista como mera exigência legal ou instrumento de marketing. Sob a ótica do TBL, ela constitui uma dimensão do desempenho corporativo; pelo CSV, transforma-se em fonte de vantagem competitiva; e, à luz do ESG, torna-se elemento central da governança organizacional.

Assim, propõe-se que a gestão ambiental seja compreendida como instrumento estratégico de administração, composto por decisões e práticas que integram objetivos ambientais e sociais às metas econômicas da empresa, fortalecendo simultaneamente a responsabilidade socioambiental e o desempenho organizacional.

2.3. Práticas de Gestão Ambiental e seus benefícios.

A adoção sistemática de práticas de gestão ambiental assume papel estratégico nas organizações que buscam não apenas conformidade legal, mas também melhoria do desempenho, inovação e legitimidade junto à sociedade. Nesse sentido, a implementação de programas de compliance ambiental, gestão de riscos climáticos, certificações como a ISO

14001 e modelos de economia circular compõem um portfólio de ferramentas que geram benefícios tangíveis tanto para as empresas quanto para a sociedade em geral.

A pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou que, em 2023, 89,1 % das indústrias de médio e grande porte no país já implementavam iniciativas ou práticas ambientais, sendo que 84,4 % citaram como benefícios principais a melhoria da eficiência operacional e a redução de custos ou riscos.

Além disso, estudos recentes demonstram que empresas que adotam práticas ambientais mais estruturadas tendem a apresentar melhor desempenho operacional, maior produtividade e mais inovação. Hasan et al. (2024) verificaram que, ao incorporar práticas de gestão ambiental empresarial, as organizações estão preparadas para inovar processos, reduzindo custos ambientais e melhorando sua imagem pública de “empresa verde”.

Para exemplificar de modo organizado, o Quadro 1 resume algumas práticas de gestão ambiental, seus objetivos principais e os benefícios associados para empresa e sociedade.

Quadro1-Práticas de gestão ambiental e seus benefícios

Prática de Gestão Ambiental	Objetivo Principal	Benefícios para as empresas	Benefícios para a sociedade
Programas de Compliance Ambiental	Garantir conformidade legal	Reduzir riscos jurídicos e multas	Cumprimento da legislação
Gestão de Riscos Climáticos	Prevenir impactos de mudanças climáticas	Proteção de ativos e continuidade dos negócios	Redução de Vulnerabilidade
Adoção de ISO 14001	Padronizar gestão ambiental	Melhoria da imagem institucional	Preservação ambiental
Economia Circular	Reduzir resíduos e reaproveitar materiais	Redução de custos	Uso racional de recursos

Fonte: elaboração do autor com base em IBGE (2024) e estudos contemporâneos de gestão ambiental.

A Consciência ambiental foi despertada em meio às transformações culturais que ocorreram nas décadas de 1960 e 1970, primeiro com as mudanças de valores ocorridas na sociedade e segundo com movimentos estudantis e com a Conferência das Nações Unidas, tomando grandes proporções, situando o meio ambiente como uma das razões essenciais

no mundo dos negócios. Assim, nos anos 1980, os gastos com proteção ambiental começaram a serem vistos, pelas empresas, não como custos, mas como investimentos no futuro, e de forma contraditória, como vantagem competitiva (Tachizawa, 2002).”

Com o processo de globalização dos negócios, os gestores passaram a perceber que o sucesso da organização deve estar relacionado aos modelos de gestão empresarial, que vençam os desafios sociais e abram caminhos para o desenvolvimento e fortalecimento de seus produtos e serviços em diferentes mercados. Um movimento que vem ganhando força, é assumir a responsabilidade ambiental como estratégia competitiva, com apoio na tecnologia da informação e conhecimentos que melhorem as práticas de gestão e as relações internas (colaboradores, fornecedores e acionistas) e externas (clientes e consumidores).

Nesse contexto, para adotarem políticas de impacto ambiental, as empresas precisam, em primeiro lugar, entender o conceito de desenvolvimento sustentável, e a partir daí revisar as práticas adotadas, buscando, além de cumprir a legislação vigente, executar de forma concreta e consciente, ações que atendam as expectativas dos seus *stakeholders* (parceiros, colaboradores, fornecedores, clientes), e encontrar o equilíbrio entre a economia e o meio ambiente na busca da eficiência competitiva e a criação de valores para um desenvolvimento sustentável com responsabilidade e qualidade de vida, além disso, mostrar transparência e credibilidade.

Segundo Dias (2006,p.52), o nível de competitividade de uma empresa depende de um conjunto de variáveis complexas, que se inter-relacionam e são mutuamente dependentes, tais como: custos, controle e qualidade dos produtos e serviços, capital humano, tecnologia e capacidade de inovação. Ele afirma ainda que:

Ocorre que nos últimos anos a gestão ambiental tem adquirido cada vez mais uma posição destacada, em termos de competitividade, devido aos benefícios que traz ao processo produtivo como um todo e a alguns fatores em particular que são potencializados. Dias (2006, p.52).

Cada prática no quadro tem implicações estratégicas para o administrador: ao utilizar programas de compliance, a empresa demonstra governança e reduz passivos; a gestão de riscos climáticos antecipa desafios e assegura resiliência; a ISO 14001 traz estrutura técnica e credibilidade; e a economia circular promove inovação, eficiência e alinhamento com agendas globais de sustentabilidade.

Do ponto de vista societal, tais práticas ajudam a reduzir os impactos negativos da atividade empresarial, consumo excessivo de recursos, geração de resíduos ou emissões e fomentam a transição para modelos de produção mais sustentáveis. A economia circular, por

exemplo, tem sido identificada como capaz de gerar benefícios econômicos, operacionais e sociais para as organizações que a adotam.

Entretanto, há desafios que persistem: embora a implementação de sistemas de gestão ambiental seja crescente, nem sempre resulta em melhoria automática do desempenho ambiental ou financeiro. Hassan et al. (2024) apontam que práticas podem ser implementadas como dispositivos simbólicos de legitimação, sem que transformem substancialmente a operação.

Dessa forma, cabe ao administrador integrar essas práticas ao planejamento estratégico da organização, definindo indicadores, metas e responsabilidades claras, comunicando os resultados e engajando stakeholders internos e externos. A gestão ambiental deixa de ser periférica e converge com a lógica de negócio, contribuindo não apenas para a redução de impactos, mas para a geração de valor sustentável, melhoria da reputação e manutenção da competitividade no mercado atual.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, de natureza qualitativa e fundamentação bibliográfica, tendo como base a análise de obras teóricas, artigos científicos, relatórios institucionais e trabalhos acadêmicos que tratam da responsabilidade ambiental e da gestão sustentável nas organizações. Essa escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender, de forma interpretativa e contextualizada, o papel do administrador diante das demandas ambientais e da incorporação da sustentabilidade à estratégia empresarial.

De acordo com Gil (2019), a pesquisa descritiva tem como propósito analisar, registrar e interpretar fatos de uma determinada realidade, sem a intervenção do pesquisador sobre os fenômenos estudados. Trata-se, portanto, de um tipo de pesquisa que busca descrever as características e relações de um fenômeno social, o que se alinha ao objetivo deste trabalho de identificar como a gestão ambiental influencia as práticas e decisões administrativas nas empresas contemporâneas.

A abordagem qualitativa, conforme Minayo (2022), é apropriada quando se pretende compreender a natureza dos fenômenos em seus contextos sociais e simbólicos, permitindo uma análise interpretativa das percepções e significados. Essa perspectiva foi fundamental para que a pesquisa pudesse examinar as dimensões éticas, estratégicas e organizacionais da responsabilidade ambiental, sem restringir a análise a indicadores numéricos ou estatísticos.

No campo dos procedimentos técnicos, a investigação caracteriza-se também como pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir do levantamento, leitura e análise crítica de

fontes secundárias como livros, revistas científicas, dissertações, teses e relatórios especializados sobre sustentabilidade corporativa, economia circular, ESG e governança ambiental. Para Lakatos e Marconi (2021), a pesquisa bibliográfica é indispensável em estudos que buscam compreender e sistematizar o conhecimento existente sobre determinado tema, possibilitando ao pesquisador ampliar sua visão e construir novas interpretações a partir de referenciais teóricos sólidos.

A coleta de dados foi realizada em bases científicas reconhecidas, como Google Scholar, Scielo, Periódicos CAPES, ScienceDirecte SpringerLink, priorizando-se publicações nacionais e internacionais dos últimos dez anos, além de clássicos fundamentais para o campo da administração e da sustentabilidade. O processo de análise bibliográfica consistiu em selecionar, organizar e comparar as ideias centrais dos autores, de modo a identificar convergências e divergências conceituais, bem como tendências teóricas recentes sobre o papel da gestão ambiental como estratégia de competitividade e responsabilidade social.

Segundo Severino (2017), a revisão bibliográfica é parte essencial do método científico, pois permite compreender o estado atual do conhecimento e situar o problema de pesquisa em um contexto teórico mais amplo. Desse modo, o estudo aqui desenvolvido baseou-se em revisão sistemática e interpretação crítica dos conteúdos encontrados, o que viabilizou a formulação de uma discussão fundamentada e atualizada sobre o tema.

A relevância deste trabalho reside em destacar a importância da responsabilidade ambiental como instrumento estratégico da administração moderna, enfatizando que o administrador é um agente fundamental para a integração de práticas sustentáveis às políticas empresariais. Como observa Tachizawa (2022), adotar uma postura proativa em relação à sustentabilidade não deve ser entendido apenas como cumprimento de normas, mas como uma escolha estratégica capaz de fortalecer a imagem institucional, reduzir riscos e gerar valor a longo prazo.

Portanto, a adoção do método qualitativo-descritivo e do procedimento bibliográfico possibilitou uma análise interpretativa de ideias, conceitos e práticas, com base em fontes teóricas consistentes. Essa metodologia, sustentada pela revisão crítica da literatura, permitiu compreender como a gestão ambiental pode ser incorporada à administração empresarial, conciliando crescimento econômico, preservação ambiental e responsabilidade social.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa teve como propósito compreender de que forma a gestão ambiental pode ser incorporada à administração das empresas como instrumento estratégico

de responsabilidade socioambiental, analisando suas implicações para o desempenho organizacional e para a sustentabilidade corporativa. Os resultados obtidos a partir da revisão bibliográfica e da análise qualitativa dos estudos indicam que as organizações que integram princípios ambientais às suas estratégias de negócio não apenas atendem às exigências legais e éticas, mas também fortalecem sua posição competitiva no mercado globalizado.

Conforme Elkington (1999), o equilíbrio entre os pilares econômico, social e ambiental, conhecido como *Triple Bottom Line*, representa um modelo de desempenho que amplia a visão tradicional de sucesso empresarial, direcionando-a para uma lógica de valor sustentável. Essa concepção foi consolidada ao longo das décadas e, segundo Furlan et al. (2021), tornou-se um paradigma de referência para organizações que buscam alinhar rentabilidade e impacto positivo na sociedade. Ao analisar essa evolução, percebe-se que empresas que adotam políticas ambientais estruturadas conseguem reduzir custos operacionais, mitigar riscos e melhorar sua imagem institucional, o que contribui diretamente para a fidelização de clientes e o acesso a novos investidores.

Os resultados evidenciam ainda que a responsabilidade ambiental deixou de ser um diferencial e passou a constituir requisito essencial de gestão. De acordo com Tachizawa (2022), o administrador contemporâneo deve atuar como agente de mudança, promovendo práticas sustentáveis em todos os níveis da organização. Essa postura estratégica é reforçada por Porter e Kramer (2011), que destacam o conceito de Criação de Valor Compartilhado, no qual a geração de valor econômico está diretamente relacionada à resolução de problemas sociais e ambientais. Assim, a sustentabilidade deixa de ser um custo adicional e transforma-se em oportunidade de inovação e crescimento.

Os estudos recentes também indicam uma transição conceitual importante: a consolidação da agenda ESG (Environmental, Social and Governance) como estrutura de governança e mensuração da sustentabilidade empresarial. Handoy et al. (2024) demonstram que empresas com práticas robustas de governança ambiental apresentam maior eficiência operacional, menores riscos financeiros e melhor reputação no mercado. Esses resultados convergem com a análise de Shibao (2024), segundo o qual a diversidade nos conselhos de administração e a transparência na divulgação de relatórios de sustentabilidade são fatores determinantes para o desempenho ESG e para a confiança dos stakeholders.

A discussão dos dados evidencia, portanto, que a integração entre os modelos de *Triple Bottom Line*, Criação de Valor Compartilhado e ESG constitui uma base sólida para a gestão ambiental estratégica. Enquanto o TBL define o objetivo de equilibrar lucro, pessoas e planeta, o CSV fornece o mecanismo prático para transformar impactos sociais e ambientais

em oportunidades de negócio, e o ESG oferece as métricas e estruturas de governança que garantem a mensuração, a transparência e a credibilidade dessas práticas (Silva, Lopes e Oliveira, 2023).

Outro aspecto relevante identificado é que a adoção de ferramentas de gestão ambiental, como a economia circular, a produção mais limpa (P+L) e os programas de compliance ambiental, tem se mostrado essencial para consolidar práticas sustentáveis nas empresas. Segundo Aquino (2023), a economia circular, ao promover a reutilização e o reaproveitamento de materiais, contribui para a redução de custos e a diminuição dos impactos ambientais. Já a P+L, de acordo com Costa e Andrade (2022), atua preventivamente, reduzindo desperdícios e melhorando a eficiência produtiva, o que se traduz em vantagem competitiva e em conformidade com padrões internacionais de sustentabilidade.

Além disso, a análise dos resultados mostra que a publicação de relatórios de sustentabilidade alinhados às diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) tem se tornado uma exigência de mercado e um indicador de maturidade empresarial. O estudo da (KPMG, 2023) aponta que, no Brasil, a adesão às normas GRI cresceu 35% nos últimos cinco anos, refletindo a preocupação crescente das empresas com a transparência e a governança ambiental. Essa tendência reforça o papel estratégico do administrador na definição de políticas, metas e indicadores capazes de assegurar que os princípios de sustentabilidade sejam efetivamente aplicados.

A partir da comparação com o estado da arte da fundamentação teórica, observa-se que a gestão ambiental empresarial evoluiu de uma perspectiva reativa, voltada apenas ao cumprimento da legislação, para uma abordagem estratégica e proativa. Essa mudança de paradigma confirma o que Barbieri e Cajazeira (2019) afirmam: que a sustentabilidade deve ser incorporada à cultura organizacional e aos processos decisórios, e não tratada como um setor isolado. Assim, os resultados desta pesquisa apontam que a eficácia da gestão ambiental depende do comprometimento da alta administração, da estrutura de governança e do engajamento dos colaboradores em torno de uma visão de longo prazo.

Conclui-se, portanto, que a gestão ambiental, quando integrada à estratégia corporativa, contribui significativamente para o desempenho organizacional e para a consolidação de uma imagem institucional sólida e responsável. Além de mitigar riscos e garantir conformidade legal, promove inovação, competitividade e valor compartilhado, fortalecendo a reputação das empresas e seu papel social. Dessa forma, o administrador assume papel essencial na construção de modelos empresariais sustentáveis, sendo responsável por alinhar metas econômicas aos objetivos sociais e ambientais, consolidando

uma nova lógica de gestão baseada na ética, na transparência e no desenvolvimento sustentável.

5 CONSIDERAÇÃO SFINAIS

A pesquisa demonstrou que a gestão ambiental, quando integrada à administração das empresas, representa um instrumento estratégico essencial para o alcance da sustentabilidade e do desenvolvimento organizacional. As análises evidenciaram que práticas sustentáveis, como economia circular, produção mais limpa e programas de compliance ambiental, contribuem para reduzir impactos ecológicos, melhorar a eficiência produtiva e fortalecer a imagem institucional. Dessa forma, a responsabilidade ambiental deixa de ser apenas uma exigência legal e passa a constituir uma vantagem competitiva e um elemento central da governança corporativa.

Verificou-se que o administrador exerce papel fundamental nesse processo, sendo o principal responsável por alinhar os objetivos econômicos, sociais e ambientais da organização. A adoção de uma postura proativa e estratégica permite à empresa atender às expectativas dos seus públicos de interesse, promover inovação e gerar valor compartilhado, conciliando crescimento econômico com preservação dos recursos naturais. A gestão ambiental torna-se, portanto, um diferencial capaz de impulsionar o desempenho organizacional e a credibilidade empresarial.

Para uma implementação da gestão ambiental em uma mineradora deve iniciar com um diagnóstico ambiental, identificando impactos, riscos e o atendimento à legislação. Após a análise, a gestão ambiental precisa ser integrada ao planejamento estratégico, com definição de política ambiental e metas claras. A empresa deve implantar um Sistema de Gestão Ambiental, como a ISO 14001, padronizando procedimentos, capacitando colaboradores e monitorando seus indicadores, com práticas de uso eficiente de recursos e economia circular, para reduzirem os impactos e seus custos. E por fim, o monitoramento contínuo, auditorias internas e externas e o diálogo com Stakeholders, para garantir a melhoria contínua, a conformidade legal e a licença social para continuar a operar.

Conclui-se que a incorporação da responsabilidade ambiental à administração moderna é indispensável para a construção de organizações sustentáveis e socialmente responsáveis. Além de contribuir para a preservação ambiental, essa prática fortalece a cultura organizacional e promove o equilíbrio entre competitividade e ética. Assim, a sustentabilidade deve ser compreendida como parte integrante das decisões gerenciais e do planejamento

estratégico, consolidando-se como um caminho seguro para o futuro das empresas e para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Maria Cláudia de. *Economia circular e sustentabilidade empresarial: caminhos para uma produção regenerativa*. **Revista de Administração Sustentável**, v. 9, n. 1, p. 112–128, 2023.

BARBIERI, José Carlos. *Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. *Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática*. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

COSTA, Mariana L.; ANDRADE, Felipe R. *Produção mais limpa e competitividade industrial: novos desafios da sustentabilidade*. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental**, v. 18, n. 2, p. 233–247, 2022.

DIAS, Reinaldo. *Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ELKINGTON, John. *Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*. Oxford: Capstone, 1999.

FURLAN, Daniela; SANTOS, Júlia; MOURA, André. *Gestão sustentável e inovação organizacional*. **Revista de Estudos em Administração**, v. 25, n. 3, p. 145–160, 2021.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HANDOY, Reza; KIM, Seung; LEE, Min-Jung. *Corporate Governance and ESG Performance: Evidence from Emerging Markets*. **Journal of Sustainable Finance & Investment**, v. 14, n. 1, p. 1–16, 2024.

HASAN, Mohammed; ZHANG, Wei; LI, Hong. *Environmental management practices and organizational innovation in emerging economies*. **Journal of Cleaner Production**, v. 426, n. 139925, 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa industrial: inovação e meio ambiente 2023*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

KPMG. *ESG Yearbook Brasil 2023*. São Paulo: KPMG, 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LI, X.; WANG, Z.; ZHOU, L. *Corporate environmental responsibility and green innovation: a nonlinear relationship*. **Journal of Business Research**, v. 158, p. 113–125, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2022.

MISHRA, Rahul; SINGH, Devendra. *Corporate Environmental Responsibility and Financial Performance: Evidence from Indian Firms*. **Sustainability**, v. 16, n. 4, p. 1–15, 2024.

PORTER, Michael E.; KRAMER, Mark R. *Strategy and Society: The Link Between Competitive Advantage and Corporate Social Responsibility*. **Harvard Business Review**, v. 84, n. 12, p. 78–92, 2006.

PORTER, Michael E.; KRAMER, Mark R. *Creating Shared Value*. **Harvard Business Review**, v. 89, n. 1–2, p. 62–77, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SHIBAO, Leandro M. *Governança e desempenho ESG em empresas latino-americanas*. **Revista Iberoamericana de Sustentabilidad Corporativa**, v. 12, n. 4, p. 98–115, 2024.

SILVA, Carolina R.; LOPES, André P.; OLIVEIRA, Fernanda T. *Estratégia sustentável e criação de valor: um enfoque integrado de ESG e inovação*. **Revista Brasileira de Administração Contemporânea**, v. 27, n. 2, p. 45–63, 2023.

TACHIZAWA, Takeshy. *Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2022.

ZHANG, Jing; LI, Q.; CHEN, Y. *Environmental Responsibility and Corporate Financi*